

СМТВ	
Fls	

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

PREGÃO Nº. ____/___

Razão Soci	al:			
CNPJ N°.				
Endereço:				
E-Mail:				
Cidade:			Estado:	
Contato	Nome:	Telefone:		Fax:
	os através do acesso a nto convocatório da licita		borba.pr.leg.br, nes	ta data, cópia do
Local:		de	de 2017.	
		Assinatura		

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre Câmara Municipal e essa Empresa, solicitamos de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao Pregoeiro por meio de Fax (042) 3272-0147 ou e-mail: helena@telemacoborba.pr.leg.br.

A não remessa do recibo exime a Divisão de Administração da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer comunicações adicionais.



	CMTB	
Fls.		
FIS.		

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2017

A Câmara Municipal de Telêmaco Borba – Paraná toma público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo menor preço **por lote**, **DO OBJETO: LINK DEDICADO AO ACESSO A INTERNET VIA FIBRA OPTICA, DISPONIBILIZANDO CONECTIVIDADEDE A REDE MUNDIAL – INTERNET – COM VELOCIDADE MINIMA DE 50Mbps especificado no anexo I, obedecendo integralmente a Lei Federal nº. 10.520/2002, os Decretos Federais nº. 3.555/2000 e nº 5.504/2005, Resolução nº 001/2011, Portaria nº 048/17, Constituição do Estado do Paraná artigo 27 inciso XXI, Lei Complementar nº.123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº. 8.666/1993 com as alterações posteriores.**

DATAS E HORÁRIOS RELATIVOS AO CERTAME

ABERTURA: A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, a ser realizada na Câmara Municipal de Telêmaco Borba – Pr., situada na Alameda Oscar Hey, 99 - Telêmaco Borba - Estado do Paraná - CEP 84.261-640.

DATA: 30/06/2017

HORÁRIO: às 13h30min, quando deverão ser apresentados os DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO E OS ENVELOPES DE PROPOSTA E DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

(Informar o nº. da licitação)

e-mail: helena@telemacoborba.pr.leg.br

Telefone (0xx42) 3272-1461-ramal 236

Fax (0xx42) 3272-0147

Horário de expediente: das 12h00min às 18h00min.

Serão disponibilizados no site <u>www.telemacoborba.pr.leg.br</u> todos os avisos, comunicados e esclarecimentos pertinentes ao edital. <u>Compete ao licitante acessar o site para obter as informações.</u>

As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal. Os esclarecimentos ao edital poderão ser formalizados através de fax ou por e-mail observando-se o prazo de até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

NOTA: Caso a data prevista para a realização do presente pregão presencial seja declarado ponto facultativo ou não haja expediente, será realizado no primeiro dia útil subsequente. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

- I ANEXOS DO EDITAL: Integram este edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados dispostos na seguinte ordem:
- a) Anexo I: Especificações do objeto
- b) Anexo II: Modelo de declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte
- c)—Anexo III: Modelo de procuração
- d) Anexo IV: Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação
- e) Anexo V: Modelo de proposta de produtos a serem fornecidos
- f)-Anexo VI: Declaração de inexistência de fato impeditivo
- g) Anexo VII: Declaração de regularidade perante o Ministério do Trabalho
- h) Anexo VIII: Declaração de não parentesco e quadro societário
- i)—Anexo IX: Minuta do Contrato



CMTB	
Fls	

II - DO OBJETO

2.1 – A presente licitação objetiva a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE LINK DEDICADO AO ACESSO A INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA DISPONIBILIZANDO CONECTIVIDADE A REDE MUNDIAL – INTERNET – COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 50 Mbps conforme descrito no Anexo I que integra este edital.

III - DA PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar desta licitação as pessoas jurídicas legalmente constituídas que atenderem a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação. **Sendo vedada a participação de empresas cuja atividade não seja compatível com o objeto solicitado.**
- 3.2 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os licitantes que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
- a) Empresa que se encontre em regime de concordata, recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou em liquidação;
- b) Empresa que esteja suspensa de licitar e/ou declarada inidônea para contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal;
- c) Que estejam reunidas em consórcios e sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si;
- d) Empresas estrangeiras que não possuam sede no país;
- e) É vedada a participação direta ou indireta na licitação empresas que a qualquer tempo, possuam restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- f) Empresa cujo objeto social descrito no Contrato Social seja incompatível com o objeto da licitação;
- g) Pessoa jurídica que, dentre seus dirigentes/sócios, responsáveis técnicos ou legais, dentre suas equipes técnicas, bem como dentre eventuais subcontratados figure quem seja ocupante de cargo ou emprego na Administração Direta ou Indireta do Município de Telêmaco Borba.
- h) Pessoa Jurídica em que seus dirigentes/sócios ou responsáveis legais possuam grau de parentesco com ocupante de cargo de Direção, Assessoramento ou Chefia na Administração Direta ou Indireta do Município de Telêmaco Borba, conforme Súmula 13/2008 do STF e Acórdão 1127/09 do TCE.

IV - DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 Os licitantes deverão estar presentes na data e horário de abertura da sessão para fins de Credenciamento.
- 4.2 Os licitantes que não se fizerem presentes no horário de abertura da sessão decairão do direito ao Credenciamento.

CMTB
Fls

- 4.3 A fase do recebimento dos documentos de credenciamento será encerrada pelo(a) Pregoeiro(a).
- 4.4 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos, fora dos envelopes 1 e 2 previstos no item V subitem 5.2 :
- a) Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social e termo devidamente consolidado ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga. **Quando se tratar de documento particular de procuração, anexo III, preferencialmente indicará o número do respectivo pregão.**
- 4.5 O representante legal ou procurador deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
- 4.6 Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- 4.7 O representante que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes Proposta ou Documentação relativa a este Pregão.
- 4.8 A empresa que tenha apresentado proposta, mas não esteja devidamente representada, terá sua proposta acolhida, porém não poderá participar das rodadas de lances verbais.
- 4.9 Os documentos de credenciamento serão retidos pela equipe de apoio e juntados ao processo licitatório.
- V DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, DA DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO E QUADRO SOCIETÁRIO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.
- 5.1 A Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação (Anexo IV) a Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Anexo II) e a Declaração de não parentesco e Quadro Societário (Anexo VIII) deverão ser apresentadas fora dos envelopes 1 e 2 previstos no item V subitem 5.2, por qualquer meio gráfico de impressão, vedada à apresentação de texto manuscrito.
- a) A Declaração de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) deverá estar acompanhada de certidão expedida pela Junta Comercial ou prova da inscrição no Regime Alameda Oscar Hey, 99 Centro CEP: 84261-640 Telêmaco Borba Pr Fone (42) 3272-1461 4



CMTB	
Fls	

Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições — Simples Nacional que comprove a condição de ME ou EPP. Em se tratando de sociedade simples, o documento apto a comprovar a condição de ME ou EPP deve ser expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

- b) A ausência de comprovação da condição de ME ou EPP, tal como exigido na letra "a", será interpretada como renúncia ao direito previsto na Lei Complementar nº. 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, implicando a preclusão do direito.
- 5.2 A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 (dois) envelopes opacos fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres conforme exemplo abaixo:

Envelope nº. 1 – Proposta

Pregão nº .: 07/2017

Nome da empresa e CNPJ:

Data e horário de abertura:

Envelope nº. 2 – Habilitação

Pregão nº .: 07/2017

Nome da empresa e CNPJ:

Data e horário de abertura:

- 5.3 A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, conforme modelo no Anexo V.
- 5.4 Os documentos necessários ao credenciamento e a habilitação deverão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou cópia acompanhada do original para verificação de autenticidade por parte do pregoeiro e equipe de apoio.
- 5.5 As empresas deverão requerer a autenticação dos documentos antes do horário marcado para protocolo dos envelopes, sob pena de perderem o horário e serem impedidos de participar da licitação.
- 5.6 A aceitação das certidões quando emitidas através da internet fica condicionada à verificação de sua validade e são dispensadas de autenticação.
- 5.7 Quando o prazo de validade não estiver expresso no documento, o mesmo será aceito com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias do recebimento dos envelopes.
- 5.8 As cópias autenticadas dos documentos apresentados, mas consideradas ilegíveis ou que deixarem dúvidas quanto a sua idoneidade, serão conferidas com os originais, obrigatoriamente, no ato de sua apresentação, cabendo aos licitantes a responsabilidade de tê-las à disposição do pregoeiro e equipe de apoio.



CMTB	
Fls	

- 5.9 Não será aceito protocolo em substituição a documento exigido neste Edital e seus Anexos.
- 5.10 Recebidos os envelopes, descaberá a desistência da proposta, a critério do pregoeiro.

VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

- 6.1 A proposta de preço deverá ser apresentada rubricada pelo representante legal em todas as folhas, com carimbo e assinatura na última e deve conter os seguintes elementos, conforme modelo no Anexo V.
- a) Nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual;
- b) Número do Pregão;
- c) Descrição técnica detalhada do objeto da presente licitação, com a indicação da marca do produto cotado. As marcas apresentadas devem corresponder exatamente aos requisitos solicitados para cada item, em conformidade com as especificações do anexo I deste Edital; a marca e modelo são obrigatórios quando aplicáveis e exigidos nos requisitos constantes do modelo de proposta, anexo a este edital. Em caso de serviços e/ou fabricação, o modelo não é obrigatório. Para produtos dos quais não seja possível definir modelo, este requisito fica dispensado.
- d) Preço unitário e total, por lote, em moeda corrente nacional, não se admitindo cotação em moeda estrangeira e em conformidade com a Lei 6069/95(SMN) somente duas casas decimais, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.
- e) Prazo de validade da proposta de 90 (noventa) dias.
- 6.2 Não será admitida cotação inferior ou superior à quantidade por item prevista neste edital.
- 6.3 O preço ofertado permanecerá fixo e irreajustável, para entrega única.
- 6.4 A omissão da indicação na proposta da letra "e" do item 6.1, implicará na aceitação das condições estabelecidas neste edital.
- 6.5 A falta de assinatura e/ou rubrica na proposta poderá ser suprida pelo representante legal da licitante, na fase de abertura das propostas.
- 6.6 A errônea indicação do número ou ano da licitação não inabilita a licitante, desde que o conteúdo da proposta permita ao Pregoeiro (a) compreender que a mesma se refere à licitação em andamento.

VII - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS" PARA "HABILITAÇÃO".

7.1 - O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:



CMTB	
Fls	

7.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social com alterações e termo devidamente consolidado registrado na Junta Comercial em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Ato constitutivo e alterações devidamente registradas no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- f) Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" do subitem 7.1.1 não precisarão constar no envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

7.1.2 - REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- b) Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Federal (Dívida ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, podendo ser realizada mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos, relativos a sede ou domicílio do licitante;
- e) Certidão negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS-CRF.
- g) CNDT Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) - Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica,

7.1.4 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) - Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo ANEXO VI.



CMTB	
Fls	

- b) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo ANEXO VII.
- c) Termo de Autorização para a prestação de Serviço Comunicação Multimídia (SCM) outorgado pela ANATEL, para prestar o serviço objeto deste edital;
- d) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente ou compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) ou certidão(ões) fornecidas por pessoa jurídica de direito público ou privado.

7.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- a) São facultadas as licitantes a substituição dos documentos de habilitação exigidos na alínea "a" a "e" do subitem 7.1.1, "a" do subitem 7.1.2 e "a" do subitem 7.1.3, pelo Certificado de Registro Cadastral (CRC), da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba Pr. ou outro órgão ou Entidade da Administração Pública pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto do certame e com validade até a data de abertura deste Pregão.
- b) As empresas que desejarem obter o CRC (Certificado de Registro Cadastral) da Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba poderão consultar a documentação necessária na Divisão de Licitação do Município, ou no site www.pmtb.pr.gov.br/Informações/Licitação/Cadastro.
- c) Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- d) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.
- e) Em caso de a proponente ser "FILIAL" a documentação deve ser pertinente à sua localização e não da sede da empresa, devendo ainda, tanto a documentação como a proposta: se da matriz, só da matriz; se da filial, só da filial, exceto os que por natureza forem abrangentes.

VIII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 8.1 No horário e local indicado no preâmbulo será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, encerrando-se a possibilidade de admissão de novos participantes.
- 8.2 Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação (Anexo IV), a Declaração de Microempresa ou



CM	ITB
Fls	
FIS	

Empresa de Pequeno Porte (Anexo II) e a Declaração de Não Parentesco e Quadro Societário (Anexo VIII).

- 8.3 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
- a) cujo objeto não atenda as especificações técnicas, prazos e condições fixados no edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.
- c) sejam incompletas, isto é, contenham informações insuficientes que não permitam a perfeita identificação dos produtos licitados.
- 8.4 No tocante aos preços as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
- 8.5 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- 8.6 As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
- b) não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- 8.7 Para efeito de seleção será considerado o preço unitário por lote.
- 8.8 Na fase de lances, os representantes dos licitantes deverão estar presentes na sala de reuniões para a etapa de lances. A ausência do representante do licitante no horário previsto no preâmbulo deste edital indicará que não há interesse deste na apresentação de lances.
- 8.9 O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 8.10 O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 8.11 A desistência do licitante em apresentar lance verbal quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na sua exclusão da etapa de lances, mantendo-se o último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.
- 8.12 Os lances serão livres.



CM	ITB
Fls	
FIS	

- 8.13 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no art. 7° da Lei Federal 10.520/02.
- 8.14 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 8.15 No caso de não existirem lances verbais, serão considerados válidos os valores obtidos na etapa de abertura das propostas, desde que verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, ainda, o Pregoeiro negociar diretamente com o licitante, visando obter reduções adicionais de preços.
- 8.16 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 8.17 Havendo propostas ou lances, conforme o caso, de microempresa ou empresa de pequeno porte, com intervalo de até 5% (cinco por cento) superiores á licitante melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, para oferecer proposta.
- 8.18. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 8.19 Não sendo exercido o direito de preferência com apresentação de proposta/lance inferior pela microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme o caso, no prazo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento de lances a contar da convocação do Pregoeiro, ocorrerá a preclusão e a contratação da proposta originalmente mais bem classificada, ou revogação do certame.
- 8.20 O instituto da preferência da contratação no exame das propostas previsto no presente edital, somente se aplicará na hipótese da proposta inicial não ter sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Havendo equivalência de valores no intervalo estabelecido no subitem 8.17 será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta.
- 8.21 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 8.22 O Pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.
- 8.23 A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.



CMTB
Fls

- 8.24 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- 8.25 Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.
- 8.26 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.
- 8.27— Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, a continuação dar-se-á em sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

IX – DA IMPUGNAÇÃO, DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 9.1.1. As impugnações ao presente edital poderão ser feitas, até **2 (dois) dias úteis** antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão, por qualquer cidadão ou licitante.
- 9.1.2. A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida ao Pregoeiro, com indicação da modalidade e número do certame, contendo o nome e qualificação do impugnante, representante legal (se houver), número do CNPJ ou CPF, Contrato social e/ou Documento Oficial de Identificação, endereço comercial, telefone, endereço eletrônico e fac-símile para contato.
- 9.1.3. A impugnação deverá ser protocolada na Secretaria de Administração da Câmara Municipal, de Telêmaco Borba PR localizada na Alameda Oscar Hey, 99 Centro, com entrada pela Av. Chanceler Horácio Lafer., no horário das 12h00min às 18h00min.
- 9.1.4. A impugnação, se tempestiva, será julgada pelo pregoeiro em até 24 (vinte e quatro) horas e, se acolhida, poderá ser anulado, revogado, suspenso e/ou retificado o edital com designação de nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.
- 9.1.5. Não serão aceitas Impugnações enviadas por Correio Eletrônico, Correio / Transportadora ou apresentados por meio de filmes ou cópias, mesmo que autenticadas.
- 9.1.6. A impugnação intempestiva não será analisada pelo pregoeiro.

DOS RECURSOS DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.2.1. Declarada a vencedora, ao final da sessão pública, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, a intenção de recorrer da decisão do Pregoeiro, através do registro da síntese das suas razões em ata, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada implicará na



CMTB	
Fls	

decadência ao direito de recurso e, consequentemente, a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

- 9.2.2. Manifestada a intenção de recorrer, será concedido prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contrarrazões, se quiserem, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo do recorrente.
- 9.2.3. Não serão aceitos recursos interpostos através de fax, e-mail ou de recursos cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo e/ou assinada por quem não esteja legalmente habilitado para representar a empresa licitante. Somente serão apreciadas as razões recursais que forem protocoladas e dirigidas ao (a) pregoeiro (a).
- 9.2.4. Será franqueada ao representante legal ou procurador das licitantes, sempre que for solicitada mediante requerimento, vista imediata dos autos nas dependências da Secretaria de Administração da Câmara Municipal, de Telêmaco Borba PR localizada na Alameda Oscar Hey, 99 Centro, com entrada pela Av. Chanceler Horácio Lafer.
- 9.2.5. Tempestivo o recurso, ser-lhe-á atribuído efeito suspensivo, cabendo ao (a) Pregoeiro (a) reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 9.2.6. A Autoridade Superior terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para decidir o recurso e o seu acolhimento importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.2.7. O não acolhimento dos recursos implicará na possibilidade de adjudicar o objeto à licitante vencedora e homologar a licitação, devendo o adjudicatário ser convocado para assinar o contrato e retirar a nota de empenho nos prazos estabelecidos neste Edital.
- 9.2.8. A licitante recorrente deverá protocolar as razões recursais na Divisão de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, situada à Rua Tiradentes, 500, Centro, Telêmaco Borba, Paraná.
- 9.2.9. Não serão aceitos recursos e/ou contrarrazões enviados por Correio eletrônico, Correios / Transportadora ou apresentados por meio de filmes ou cópias, mesmo que autenticadas.
- 9.2.10. O provimento ou não do recurso, pelo Pregoeiro ou pela Autoridade Superior, será publicado no Boletim Oficial do Município, para efeito de ciência do recorrente, interessados e terceiros.
- 9.2.11 Decididos os recursos e constatados a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento.
- 9.2.12 A adjudicação será feita pela totalidade do objeto.

X – MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



CMTB	
Fls	

- 10.1 A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:
- a) O descumprimento dos prazos fixados para a entrega, parcelada ou total, dos bens e materiais adquiridos implicará a aplicação de multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor correspondente a parcela em atraso por dia útil excedente ao respectivo prazo, limitada a 2% (dois por cento) do total da parcela em atraso.
- b) Decorridos 3 (três) dias de atraso, a bem do interesse público, poderá o atraso ser considerado descumprimento total ou parcial da obrigação, recusando-se a receber os bens ou materiais e aplicando-se multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor corrigido correspondente a parte da obrigação contratual não cumprida. Em caso de descumprimento total do contrato, multa de 5% (cinco por cento) do valor global corrigido do contrato.
- 10.2 As multas mencionadas na alínea "a" e "b" do subitem 10.1 acima serão descontadas dos pagamentos a que a CONTRATADA tiver direito cobrado mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso.
- 10.3 Aos proponentes que convocados dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrarem o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Câmara Municipal de Telêmaco Borba pelo infrator:
- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar, de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos prevista no art. 11 da Resolução 001/2011.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 10.4. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.



CMTB	
Fls	

- 11.2 Das sessões públicas de processamento do pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 7°, item II, letra G da Resolução 001/2011, que regulamenta a modalidade de licitação pregão, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.
- a) As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.
- 11.3 Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.
- 11.4 O resultado do presente certame será divulgado no Boletim Oficial do Município, no endereço eletrônico www.pmtb.pr.gov.br, bem como no portal da Câmara Municipal no endereço www.telemacoborba.pr.leg.br
- 11.5 Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no endereço eletrônico www.telemacoborba.pr.leg.bre.
- 11.6 Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão em poder do Pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo após aquele período, sob pena de inutilização do envelope.
- 11.7 Os casos omissos do presente pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
- 11.8 A participação do proponente nesta licitação implica na aceitação de todos os termos deste edital.
- 11.9 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro de Telêmaco Borba Estado do Paraná.

Telêmaco Borba, 06 de junho de 2017.

Helena Pereira Pregoeira Luis Fabiano de Matos Secretário de Administração



CMTB	
Fls	

1 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Lote único

Item	Nome do produto	Quantidade	Unid.	Preço máximo unitário	Preço máximo total
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Link dedicado ao acesso a Internet via fibra óptica, disponibilizando conectividade a rede mundial — Internet — com no mínimo: velocidade mínima de 50 Mbps Full (50 Mbps down/50 Mbps up); mínimo de um IP válido. Contemplando suporte técnico, instalação, manutenção e configuração dos equipamentos conforme descrito neste edital e seus anexos.	12	Mês	4.499,34	53.992,08
02	Instalação	01	Mês	580,00	580,00
TOTA	L				54.572,08

VALOR MAXIMO ESTIMADO DO ITEM R\$- 54.572,08 (cinquenta e quatro mil quinhentos e setenta e dois reais e oito centavos).

2. LOCAL DA INSTALAÇÃO

2.1 Os serviços deverão ser instalados na Câmara Municipal de Telêmaco Borba, situada na Alameda Oscar Hey, 90, Centro – Telêmaco Borba – PR. CEP 84.261-640, de segunda a sextafeira, das 12h00min às 18h00 min.

3. PRAZO DE VIGENCIA

3.1 Vigência do contrato: 60 meses, renovando-se a cada 12 meses, a critério da Administração, nos termos do artigo 57, II da Lei federal 8.666/93.

4. REAJUSTE:

4.1 Para cada doze meses de vigência do presente contrato, o valor das parcelas mensais será reajustado tendo como base no IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas) acumulado nos últimos doze meses.

5. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar interface Fast Ethernet (10/100Mbps) com conector RJ45 através do fornecimento em comodato de equipamento com hardware dimensionado para o



CMTB
Fls

correto atendimento da velocidade contratada, a ser instalado nas dependências da CONTRATANTE. Em caso de falha será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, que deverá realizar a instalação e ativação do mesmo, de forma a deixar o serviço em perfeito funcionamento.

- 5.2 A rede que suporta o serviço oferecido pela CONTRATADA deverá possuir conexão direta com pelo menos 2 (dois) backbones Internet, sendo 1 (um) desses backbones de abrangência nacional e 1 (um) de abrangência internacional.
- 5.3 A CONTRATADA deverá possuir redundância em seu backbone, por meios ou caminhos distintos, e de fornecedores distintos. O backbone IP da contratada deve ter saída com destino direto a outros provedores de backbone IP Nacionais, com banda de 10 Gbps no mínimo.
- 5.4 A empresa vencedora efetuará a completa instalação, configuração e ativação dos equipamentos, atendendo integralmente às características e às necessidades da CONTRATANTE responsabilizando-se por todas as conexões, materiais, acessórios e mão de obra necessária para seu bom atendimento e continuidade dos serviços;
- 5.5 Toda a rede (incluindo link) de suporte ao serviço, compreendendo o trecho entre a estação da CONTRATADA até a caixa de entrada/Distribuidor Geral (DG) da CONTRATANTE, deve ser própria, ou seja, de posse da CONTRATADA, sob sua responsabilidade total, tanto para manutenção quanto para ampliação.
- 5.6 O canal de comunicação entre as instalações da CONTRATANTE e as instalações da CONTRATADA deverá ser realizado através de enlace terrestre (fibra óptica), até a sala de informática da CONTRANTE localizado em Telêmaco Borba PR na Alameda Oscar Hey, 99. Sendo que a infraestrutura interna da CONTRATANTE (energia, ferragens, bastidores, climatização, rede interna e afins), será de responsabilidade da CONTRATANTE, cabendo a CONTRATADA, o trecho compreendido entre a estação da CONTRATADA até a caixa de entrada/Distribuidor Geral (DG) da CONTRATANTE, e também unicamente aos equipamentos efetivamente relacionados ao funcionamento do serviço em si (link de acesso a Internet).
- 5.7 O link fornecido não poderá conter qualquer tipo de restrição quanto a filtros, quota de dados, conexões simultâneas ou de usuários.
- 5.8 A CONTRATADA deverá disponibilizar canal de comunicação e porta de acesso ao seu backbone, exclusivamente para a CONTRATANTE, não podendo haver compartilhamento da banda com outros clientes ou usuários.
- 5.9 O link deve suportar as configurações necessárias para que a CONTRANTE possa hospedar em infraestrutura própria serviços de internet (site, e-mail, ftp, dns, entre outros).



CMTB	
Fls	_

- 5.10 A garantia de banda do serviço oferecido deverá ser de 100% da velocidade do acesso e a velocidade deverá ser simétrica (upload=download).
- 5.11 A velocidade mínima de acesso deverá ser de 50 Mbps.
- 5.12 Disponibilizar, no mínimo, 01 (um) endereço IP fixo e válido.
- 5.13 O IP fornecido não poderá estar incluso nas *blacklists*: Google/Gmail, MSN/Hotmail, Yahoo, e demais *blacklists* que podem ser verificados pelo site http://mxtoolbox.com/blacklists.aspx
- 5.13.1 Caso o IP fornecido conste com alguma restrição no momento da instalação, a CONTRATADA tem 20 (vinte) dias corridos para solucionar.

5.14 Garantir Níveis de Serviço (SLA) conforme descrito a seguir:

- 5.14.1 Disponibilidade média do Backbone IP de 99,9%, sendo o percentual calculado em relação ao tempo que a rede da Contratada está em plena operação e o tempo em que a operação da mesma foi prejudicada, durante o período de observação mensal.
- 5.14.2 Disponibilidades média do acesso de 99,4% para o item 01 e 99,0% para o item 02, sendo o percentual calculado em relação ao tempo no qual determinado acesso está em operação plena e o tempo em que a operação do mesmo está prejudicada durante o período de observação mensal.
- 5.14.3 O tempo máximo para a recuperação de defeitos deverá ser de 08 (oito) horas corridas para o item 01 e 24 (vinte quatro) horas corridas para o item 02, contados a partir do horário de abertura do chamado registrado na Central de Atendimento da CONTRATADA.
- 5.14.4 O equipamento de acesso deverá ser fornecido pela CONTRATADA devidamente configurado e gerenciado pela mesma a fim de que todos os serviços e recursos de internet possam ser utilizados através da rede de computadores da CONTRATANTE.
- 5.14.5 Prazo mínimo de notificação de manutenção preventiva de 03 dias úteis. Este prazo referese ao tempo mínimo entre a notificação pela contratada, de uma interrupção programada do serviço e a efetiva interrupção do mesmo.

5.15 Características de suporte técnico dos serviços requeridos:

A CONTRATADA disponibilizará equipe especializada, 24(vinte e quatro) horas por dia, 07(sete) dias por semana, para realizar atividades de suporte técnico e manutenção dos serviços contratados, de forma a garantir sua disponibilidade; sendo que o prazo para solução não deverá ultrapassar 08 (oito) horas corridas, contados a partir do horário de abertura do chamado efetuado.



CMTB	
Fls	_

5.16 Prazos de Instalação

- 5.16.1 Os serviços serão instalados a partir da emissão de ordens de serviço por parte da CONTRATANTE no prazo de até 30 dias corridos a partir da data de assinatura do contrato.
- 5.17 É vedada a subcontratação de empresa para a prestação deste serviço.
- 5.18 O fornecedor que, sem justa causa, não cumprir com as obrigações correspondentes ao objeto porventura não entregues ou entregues fora das especificações e do estabelecido neste edital ficará sujeito às penalidades legais, previstas no instrumento editalício e contratual, além daquelas penalidades previstas nos artigos 80 e 87 e seus parágrafos, da Lei 8666/93 de 21 de junho de 1993.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 6.1 A Contratante, durante a vigência do Contrato, compromete-se a:
- a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o estabelecido no Contrato;
- b) promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
- c) comunicar à Contratada, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no edital;
- d) notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades.

7. FORMA DE PAGAMENTO E ORIGEM DO RECURSO FINANCEIRO

- 7.1 O pagamento da fase de implantação será realizado em parcela única após a efetiva prestação dos serviços. O valor mensal será pago após a completa instalação, configuração e ativação dos equipamentos, no dia 30 de cada mês, após a publicação do contrato, entrega dos produtos e da respectiva Nota Fiscal, juntamente com a Certidão Negativa de Débitos do INSS, Certidão de Débitos Trabalhistas, Certidão de Regularidade do FGTS e Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União na Secretaria de Administração da Câmara Municipal.
- 7.2 O aceite definitivo com a liberação da Nota Fiscal para pagamento está condicionado ao atendimento das exigências contidas no Edital de Pregão Presencial.
- 7.3 As notas fiscais faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em até 15 (quinze) dias após a data de sua apresentação válida.
- 7.4 O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente em nome da contratada em banco por ela indicado.
- 7.5 Dotação Orçamentária:3390399700



СМТВ	
Fls	

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

que a empresa	das sanções e multas previstas neste ato convocatório (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº croempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos
do enquadramento previsto na Lei Complepela Lei Complementar nº 147, de 07 d íntegra, estando apta, portanto, a exercer o	ementar n°. 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada e agosto de 2014, cujos termos declaro conhecer na o direito de preferência como critério de desempate no cial n°/, realizado pela Câmara Municipal de
Local e data	star ir, realizado pela Camara iviumerpar de
Assinatura e carimbo do representante lega	ıl da empresa proponente

OBSERVAÇÃO:

- a) A declaração de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) deverá estar acompanhada de certidão expedida pela Junta Comercial ou prova da inscrição no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições Simples Nacional que comprove a condição de ME ou EPP. Em se tratando de sociedade simples, o documento apto a comprovar a condição de ME ou EPP deve ser expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- b) A ausência de comprovação da condição de ME ou EPP, tal como exigido na letra "a", será interpretada como renúncia ao direito previsto na Lei Complementar nº. 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 implicando a preclusão do direito.



CMTB
Fls

MODELO DE PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço
completo da matriz) inscrita no CNPJ/MF sob nºe Inscrição Estadual sob nº.
, representada neste ato por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s)
Sr(a)(s) e CPF n° e CPF n°
nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr(a), portador(a) da
Cédula de Identidade RG nº e CPF nº, residente e domiciliado (endereço
completo)a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa)
perante a Câmara Municipal de Telêmaco Borba no que se referir ao Pregão nº/2017
(opcional), com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases da Licitação,
inclusive apresentar proposta em nome da Outorgante, formular verbalmente novas propostas de
preços na(s) etapa(s) de lances, desistir expressamente da intenção de interpor recurso
administrativo, manifestar-se imediata e motivadamente a intenção de interpor recurso
administrativo ao final da sessão, interpor recursos administrativo, assinar a Ata da sessão,
prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Pregoeiro, enfim praticar todos os demais atos
pertinentes ao certame em nome da Outorgante, inclusive assinar Contratos de fornecimento e
demais compromissos decorrentes do referido Pregão. A presente procuração é válida até o dia

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que se produza o efeito legal.

Local e data.

(Assinatura(s) com firma(s) reconhecida(s) do(s) outorgante(s) com poderes para este fim conforme Contrato Social da empresa)

A procuração deverá vir acompanhada da documentação necessária para comprovação da validade da mesma.

OBS: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da licitante



C Fls	MTB

PREGÃO Nº	_/2017
DECLARAÇÃO I	E CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

			empresa), a)								
lei, que atende/2017.	plename	nte o	s requisitos	de habili	tação	constante	es do	edital	de F	Pregão	n°
Local e data:											

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa proponente

(Conforme art. 4° , inciso VII da Lei n° 10.520/2002)



	CMTB	
Fls.		

MODELO DE PROPOSTA DOS PRODUTOS A SEREM FORNECIDOS.

A empres				, CNPJ n°	
ob as pen	as da Lei que	fornecerá	o objeto da licitação co	om as seguintes	características:
ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VLR UNIT.	VLR TOTAL
/alidade o	la proposta: 9	00 dias			
/alidade o		00 dias			
		00 dias			



СМТВ	
Fls	

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

À Comissão de Licitação do (a)(órgão ou entidade licitante)
Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade, no/(número/ano) instaurado por esse(a)(órgão ou entidade licitante), que até a presente data inexiste(m) fato(s) impeditivo(s) para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, estando ciente da obrigatoriedade declarar ocorrências posteriores.
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.
Local e data
Assinatura do representante legal da empresa proponente



171 -		CMTB	
FIS	Fls.		

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

(nome da pessoa jurídica), inscrita no C.N.P.J, endereço , por intermédio de seu representante legal; (nome completo), portador da Carteira de identidade RG n° e do CPF n° da empresa interessada em participar no(s) processo(s) licitatório(s) da Câmara Municipal de Telêmaco Borba – declara, para os fins do disposto no Inciso V do artigo 27 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.)
Local e data

Assinatura do representante legal da empresa proponente



Fls.	CMTB	

~	
PREGAO Nº.	/2017

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO E QUADRO SOCIETÁRIO

		inscrita no CNPJ	J n° po	or intermédio o	de seu
			, DECLARA , par		
			itesco com nenhum d		
•			atividade, da Câmara		
Borba. Declaro	ainda, que os soc	cios da mesma empr	esa também não poss	uem tai parentesc	co.
	1	~	T	I	I
NOME DO	CPF	FUNÇÃO	TIPO DE	DATA	N°
SÓCIO		(MEMBRO OU	REGISTRO	REGISTRO	REGISTRO
		REPRESENTAN	(CARTÓRIO DE	DO	CONTRAT
		TE LEGAL	REGISTRO OU	CONTRATO	O SOCIAL
			JUNTA	SOCIAL	
			COMERCIAL)		
			·		

OBSERVAÇÃO: Informar todos os campos do quadro societário conforme última alteração do Contrato Social

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa proponente



CMTB	
Fls	

MINUTA DO CONTRATO

A CÂMARA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA, ESTADO DO PARANÁ
pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF 77.780.146/0001-21, com sede à
Alameda Oscar Hey, 99, nesta cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, neste ato
representado por seu Presidente, MAURÍCIO DIÓGENES DE CASTRO, brasileiro, casado
portador da Cédula de Identidade Civil RG 4.147.618.4-SSP-PR e do CPF/MF 566.037.209.06
residente e domiciliado nesta cidade de Telêmaco Borba, Estado do Paraná, Brasil, doravante
denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado,, inscrita no CNPJ
, com sede neste município, na Rua, neste ato representado por
portador da Cédula de Identidade Civil RG nº, residente e domiciliado
denominado simplesmente de CONTRATADO, com fundamento no art. 24, II da Lei nº
8.666/93, conforme as seguintes cláusulas:
Cláusula Primeira – Objeto
O presente contrato tem por objeto a contratação de
conforme licitação na modalidade pregão presencial, sob n/2017.

O presente contrato executar-se-á sob a forma de "contrato de compra e venda".

Cláusula Terceira - Valor Contratual

Cláusula Segunda – Regime de Execução

Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor de ------ , perfazendo um total global máximo de R\$ ------ pelo montante objeto do presente instrumento.

Cláusula Quarta - Condições de Pagamento

O pagamento será feito até 05 (cinco) dias uteis após a publicação do contrato, entrega dos produtos e da respectiva Nota Fiscal, juntamente com a Certidão Negativa de Débito do INSS e Certidão de Regularidade do FGTS e CNDT na Secretaria de Administração da Câmara Municipal.

Cláusula Quinta – Recurso Financeiro



CMTB	
Fls	

As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta das seguintes dotações orçamentárias: ------

Cláusula Sexta – Das condições para revisão do preço contratado

O preço estabelecido no presente contrato para entrega única, não será reajustado e diz respeito aos itens e respectivas quantidades acima citadas e constantes do presente contrato, integrante do presente instrumento, levando-se em conta os preços apresentados por ocasião da licitação ------, modalidade pregão presencial.

Cláusula Sétima – Direitos e Responsabilidades das Partes

Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e do CONTRATADO perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro – Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado do bem no valor da proposta de preços apresentada no Processo de Licitação na modalidade pregão presencial nº ---/2017, e;
- b) dar ao CONTRATADO as condições necessárias à regular execução do Contrato.

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações do CONTRATADO:

- a) Entregar o objeto deste contrato à CONTRATANTE, a contar da assinatura e publicação do presente;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato;
- C) Responder penal e civilmente, pelos atos praticados pelos seus propostos e pela má qualidade de seu produto, indenizando os danos materiais e morais eventualmente causados, excluindo a CONTRATANTE de qualquer lide indenizatória que porventura vier a ser promovida.

Cláusula Oitava – Sanções Administrativas para o Caso de Inadimplemento Contratual

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE, poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 5% sobre o valor total do Contrato.

Cláusula Nona – Rescisão

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no Art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único - O CONTRATADO reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 80, da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima - Legislação Aplicável

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos, da responsabilidade civil e as disposições de direito privado.



CMTB	
Fls	

Cláusula Décima Primeira - Duração	
O presente contrato terá duração de:	

Cláusula Décima Segunda - Casos Omissos

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e dos princípios gerais de direito.

Cláusula Décima Terceira - Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Telêmaco Borba para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 2 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Telêmaco Borba,-----de ----- de 2017.

MAURÍCIO DIÓGENES DE CASTRO Câmara Municipal de Telêmaco Borba CNPJ/MF 77.780.146/0001-21

EMPRESA CNPJ REPRESENTANTE LEGAL RG

Testemunhas:

1^aTESTEMUNHA 2^a TESTEMUNHA CPF: CP